



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 031

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 20 DE ABRIL DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i>	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>
<i>PSB</i>	<i>Dr. Luciano Ducci</i>

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 08: Ademar Traiano (em licença) - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio (em licença) - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 029ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
20 DE ABRIL DE 2004**

(terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Nereu Moura e Ailton Araújo.

Às dezesseis horas e vinte minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (53). Achando-se ausente a Deputada Cida Borghetti (01)

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 611-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, destaque na discussão e votação das

Emendas nºs 18 e 24, Proposição nº 015/2004, do item 02 da presente Ordem do Dia, em conjunto.

Sala das Sessões, em 20.04.2004.

(a) RENI PEREIRA

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 014/2004, veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 583/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 030/2003, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2004. (vetos parciais apostos incididos sobre o inciso IX do artigo 12 e sobre os artigos 21, 24, 26, 28, 29, 30 e 32). **COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/CC Nº 345/2003

Curitiba, 29 de dezembro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 421/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 583/2003, por julgar as partes vetadas contrárias aos interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva estimar a receita e fixar a despesa estadual para o exercício financeiro de 2004, compreendendo os orçamentos fiscal e próprio da administração indireta e orçamento de investimento das empresas públicas e sociedades de economia mista, tendo os vetos parciais apostos incididos sobre o inciso IX do artigo 12 e sobre os artigos 21, 24, 26, 28, 29, 30 e 32.

Os vetos parciais apostos decorrem do resultado de análise técnica procedida pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, cujos termos, por mim endossados, seguem adiante transcritos:

“A inclusão do inciso IX com a redação “O Poder Executivo, após cumpridas as disposições do inciso I atenderá ao disposto no Anexo VI, à razão de pelo menos 1/12 (um doze avos) ao mês”, não se justifica. O inciso determina que, após atendidas as despesas com Pessoal e Encargos Sociais, com o pagamento da Dívida Pública e com as Transferências Constitucionais aos Municípios, sejam atendidas as emendas propostas no Anexo VI à

razão de pelo menos 1/12 ao mês. O Estado precisa cumprir exigências constitucionais e legais, tais como repasses aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público; repasses destinados ao Ensino Público, ao Desenvolvimento de Ações e Serviços Públicos de Saúde, e à Ciência e Tecnologia, assim como atender despesas também prioritárias como segurança pública, justiça, etc, que não podem sofrer descontinuidade em detrimento da execução das emendas do Legislativo. A Elaboração da Programação Financeira de Desembolso é uma atribuição do Poder Executivo, estabelecida no artigo 8º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e no artigo 47 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. Tecnicamente, sugerimos o veto do referido inciso.

O artigo 21 com o texto “Fica excluído da base de cálculo utilizada no demonstrativo das Vinculações Constitucionais da Saúde, os recursos alocados no Projeto Atividade e nº 2405 vinculados à Secretaria de Meio Ambiente - SUDERHSA” apresenta um problema de erro de redação decorrente do fato de que a Atividade 2.405 - Preservação da Saúde/Saneamento Ambiental - SUDERHSA não compõe a base de cálculo para a definição de recursos para Ações e Serviços Públicos de Saúde e sim faz parte do demonstrativo da aplicação dos recursos a serem aplicados como Ações e Serviços Públicos de Saúde. Entendemos que a Atividade Orçamentária em questão encontra-se de acordo com o disposto no artigo 210 da Constituição do Estado do Paraná e deve ser mantida no demonstrativo referencial das Aplicações em Ações e Serviços Públicos de Saúde. Tecnicamente, sugerimos o veto do referido artigo.

O artigo 24 com a redação “Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) para atender a população de baixa renda no acesso à habilitação profissional gratuita na ação Mutirão pela Vida do Programa Segurança Cidadã - dotação 06181191.281, utilizando como recursos o superávit financeiro apurado em exercício anterior pelo DETRAN e/ou FUNRESTRAN, nos termos do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964”, apresenta um problema de erro na indicação da dotação, que não é do Projeto 1.281 e sim Projeto 1.218 - Mutirão pela Vida. O acesso à habilitação profissional gratuita não apresenta consonância com o enunciado programático da dotação orçamentária 06181191.218 - Mutirão pela Vida e se caracteriza como matéria divergente aos artigos 66, inciso IV e 133 parágrafo 9º da Constituição Estadual. Tecnicamente sugerimos o veto do referido artigo.

O artigo 26 com a redação “Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), na atividade Promoção e Execução de Políticas Agrícolas para dar continuidade à instalação de matadouros mediante auxílio aos Municípios, na dotação - 20601102.338, utilizando como recursos o excesso de arrecadação verificado no

Grupo de Fontes 01, nos termos do parágrafo 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964” não apresenta consonância com o enunciado programático da dotação em referência, cujo enquadramento está na Subfunção Promoção da Produção Vegetal e o adequado seria a Subfunção Defesa Sanitária Animal. Tecnicamente, sugerimos o veto do referido artigo.

O artigo 28 com a redação “Adicionar ao programa de trabalho da Assembléia Legislativa do Paraná, utilizando o remanejamento da dotação. 01031272.00, meta destinada a promover ações de assistência médica e previdenciária aos agentes políticos e servidores (projeto) - Quantidade 02,” apresenta um problema de erro na indicação da dotação, que não é da atividade 2.00 e sim, da atividade 2.000 - Processo Legislativo. A meta indicada se caracteriza como despesa de caráter continuado, mas não é apresentada qual a programação que está sendo reduzida para compensar o seu custeio. A emenda contraria o disposto no artigo 134, parágrafo 3º da Constituição Estadual e o artigo 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Tecnicamente, sugerimos o veto do referido projeto.

O artigo 29 com a redação “Adicionar ao programa de trabalho da Assembléia Legislativa do Paraná, utilizando como recursos o remanejamento da dotação - 01031272.00, meta destinada a realizar ações de responsabilidade social promovidas pelo Poder Legislativo, nos termos da legislação aplicada (ação) - Quantidade 01,” apresenta um problema de erro na indicação da dotação, que não é da atividade 2.00 e sim da atividade 2.000 - Processo Legislativo. A meta indicada se caracteriza como despesa de caráter continuado, mas não é apresentada qual a programação que está sendo reduzida para compensar o seu custeio. A emenda contraria o disposto no artigo 134, parágrafo 3º da Constituição Estadual e o artigo 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Tecnicamente, sugerimos o veto do referido artigo.

O artigo 30 com a redação “Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias à implantação de Campus Universitário na UNICENTRO no Município de Laranjeiras do Sul, dando ciência à Assembléia Legislativa” sugerimos que seja vetado. Nossa sugestão baseia-se no fato de que a implementação de um novo Campus pressupõe a destinação de novos recursos orçamentários e financeiros e conseqüentemente a necessidade de indicação de programações a serem canceladas para suprir as novas necessidades. A indicação do cancelamento não ocorreu e portanto não existem recursos orçamentários para suprirem a implementação do novo Campus Universitário. A emenda contraria o disposto no artigo 134, parágrafo 3º da Constituição Estadual.

O artigo 32 com a redação “O Poder Executivo promoverá fóruns de debates voltados à discussão sobre a aplicação de recursos do Tesouro Estadual, em ações e serviços de saúde, notadamente, sua adequação aos preceitos da Emenda Constitucional nº 29/2000” se caracter-

iza em matéria estranha à previsão da receita e a fixação da despesa, contrariando as disposições do artigo 133, parágrafo 9º da Constituição Estadual. Tecnicamente, sugerimos o veto do referido artigo.”

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO PARCIAL Nº 014/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 583/2003, de autoria do Poder Executivo, objeto de veto parcial do Governador, estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2004 (vetos parciais apostos incididos sobre o inciso IX do artigo 12 e sobre os artigos 21, 24, 26, 28, 29, 30 e 32).

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.02.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

Em votação.

Pela manutenção do veto o Deputado tem que votar SIM. Pela derrubada do veto, a cédula preta, NÃO.

Solicito ao 1º Secretário, Nereu Moura que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados para votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nereu Moura)

(Procede à chamada nominal dos Deputados)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Votaram 45 Srs. Deputados.

Convido os Deputados Dobrandino da Silva, Duílio Genari e Mário Bradock, para a contagem dos votos.

Votaram 45 Parlamentares.

Pela derrubada do veto, votando NÃO, 30 Parlamentares; pela manutenção do veto, votando SIM; 15 Parlamentares.

Está derrubado o veto.

O SR. NATÁLIO STICA (Para Justificar)

Sr. Presidente, nobres Deputados, mesmo sendo votação secreta, eu gostaria de justificar o meu voto e dizer por quê. Tivemos uma reunião com todas as Lideranças de Base de apoio do Governo e chegamos à conclusão de que esse veto deveria ser derrubado.

É bom para esta Casa, é bom para o Governo do Paraná, e não traz nenhum problema a sua derrubada, já que tem no projeto, que veio com pedido de veto, vários pontos, que com certeza, vão ajudar a governabilidade, inclusive com ações que ajudarão o povo do Paraná.

Portanto, foi um acordo de Lideranças, de todas as Lideranças da base de apoio do Governo.

Por isso, essa justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 015/2004, veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 584/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 031/2003, que aprova o Plano Plurianual para o período de 2004 a 2007 (vetos parciais apostos incididos sobre o artigo 4º e sobre as Emendas nºs 18, 24, 25, 26 e 27 contidas no anexo I).
COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 346/2003

Curitiba, 29 de dezembro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 422/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente, o Projeto de Lei nº 584/2003, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo aprovar o Plano Plurianual para o período de 2004 a 2007, tendo os vetos parciais apostos incididos sobre o artigo 4º e sobre as Emendas nºs 18, 24, 25, 26 e 27 contidas no anexo I.

Os vetos parciais apostos ao presente projeto de lei, decorrem do resultado de estudos feitos pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, cujos termos, adiante transcritos, adoto como razões fundamentais de tal veto:

“1 - A inclusão do artigo 4º com a redação “Fica o Poder Executivo obrigado a reduzir, na proporção de 1/3 (um terço) ao ano, os recursos vinculados ao Programa e Saneamento Ambiental - PARANASAN / JBIC / SANEPAR, da base de cálculo dos gastos com saúde no ano de 2004, para os exercícios de 2005, 2006 e 2007” contraria o disposto no artigo 210 da Constituição do Estado do Paraná e deve ser mantido no demonstrativo referencial das Aplicações em Ações e Serviços Públicos de Saúde. Tecnicamente, sugerimos o veto do referido artigo.

2 - Com relação às proposições acolhidas por emendas do Poder Legislativo, que conforme o Anexo I especificando no artigo 5º passam a integrar o Plano

Plurianual, sugerimos o veto das seguintes emendas, pelas razões a seguir:

EMENDA - 18: “Fica inserido no apêndice I da mensagem em epígrafe, na linha de ação: Infra-Estrutura e Meio Ambiente, Programa Bons Caminhos, nova ação - Implantação do aeroporto regional do Oeste do Paraná. Finalidade: garantir o transporte aeroviário, de bens e pessoas com segurança, para toda a Mesorregião Oeste do Paraná.

Descrição: construir o aeroporto regional Oeste do Paraná em área já escolhida na divisa dos Municípios de Cascavel e Tupãssi.”

Razões do veto: a implantação do referido aeroporto irá gerar despesas de caráter continuado para a sua manutenção e não é apresentada qual a programação que será reduzida para compensar o seu custeio. A emenda contraria o disposto no artigo 134, parágrafo 3º da Constituição Estadual e artigo 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

EMENDA - 24: “Fica inserido no apêndice I da mensagem em epígrafe, na linha de ação: Emprego, Cidadania e Solidariedade, Programa Trabalho e Renda, nova ação - Barracões industriais.

Finalidade: implantação e manutenção de barracões industriais.

Descrição: visa a inserção de trabalhadores no mercado de trabalho privilegiando o empreendedorismo e a geração de auto-empregos, emprego ou renda nos termos propostos no objetivo do programa já traçado pelo governo.”

Razões do veto: a implantação e manutenção de barracões irá gerar despesas de caráter continuado para a sua manutenção e não é apresentada qual a programação que está sendo reduzida para compensar o seu custeio. A emenda contraria o disposto no artigo 134, parágrafo 3º da Constituição Estadual e artigo 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

EMENDA - 25: “Fica inserido no apêndice I da mensagem em epígrafe, na linha de ação: Emprego, Cidadania e Solidariedade, Programa Saúde, nova ação - Fóruns de debates.

Finalidade: dar atendimento aos preceitos da Emenda Constitucional nº 29/2000, através de fóruns permanentes de debates.

Descrição: promover e ampliar debates voltados à discussão sobre aplicação de recursos do Tesouro Estadual, em ações e serviços de saúde e, em especial, sua adequação nos termos constitucionais.”

Razões do veto: a matéria se caracteriza como estranha à previsão da receita e a fixação da despesa, contrariando as disposições do artigo 133, parágrafo 9º, e 134, parágrafo 3º da Constituição Estadual.

EMENDA - 26: “Fica inserido no apêndice I da mensagem em epígrafe, na linha de ação: Emprego, Cidadania e Solidariedade, Programa Desenvolvimento do Ensino Superior e da Ciência e Tecnologia, nova ação - Bolsas de estudo ao ensino superior.

Finalidade: implantar ação voltada ao estudante carente. Descrição: converge com as linhas propostas pelo governo, sintetizada no conceito de inclusão social.”

Razões do veto: o Estado já mantém Faculdades e Universidades Estaduais. Tal ação irá gerar despesas de caráter continuado para a sua manutenção e não é apresentada qual a programação que está sendo reduzida para compensar o seu custeio. A emenda contraria o disposto no artigo 134, parágrafo 3º da Constituição Estadual e o artigo 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

EMENDA - 27: “Fica transferido, no apêndice I da mensagem em epígrafe, na linha de ação: Emprego, Cidadania e Solidariedade, Programa Saúde, a ação - Preservação da saúde / Saneamento Ambiental - SUD-ERHSA, para a linha de ação infra-estruturada e meio ambiente, Programa Meio Ambiente, como nova ação.”

Razões do veto: a emenda contraria o disposto no artigo 210 da Constituição do Estado do Paraná e deve ser mantida no demonstrativo referencial das Aplicações em Ações e Serviços Públicos de Saúde.”

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO PARCIAL Nº 015/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 584/2003, de autoria do Poder Executivo, objetivo de veto parcial do Governador, aprova o Plano Plurianual para o período de 2004 a 2007 (vetos parciais apostos incididos sobre o artigo 4º e sobre as emendas nºs 18, 24, 25, 26 e 27 contidas no anexo I).

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pela Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.02.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

Em votação.

O SR. NATÁLIO STICA (**Para Encaminhar**)

Eu queria encaminhar o pedido de manutenção do veto, nesse pedido. Há vários pontos aqui que são vetados. Eu destaco que, além de tudo, ele tem alguns problemas que vão ser complicadores, talvez, interferindo na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por que digo isso? Porque tem projetos aqui, por exemplo, que não tratam só de obras, e sim, de despesas permanentes durante o longo Plano Plurianual, o que pode acarretar em um acúmulo de gasto, ultrapassando a Lei de Responsabilidade Fiscal. Este é o principal ponto, que o Governo teme e, por isso, uma das razões do veto.

Vários pontos aqui são articulados no único pedido, e nós pedimos, então, que o veto seja mantido.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queria pedir destaque na Emenda 18 do projeto que está em votação. O requerimento é verbal; já estou encaminhando à Mesa a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Há um requerimento nº 611-A de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente solicitando destaque para a votação das Emendas nºs 18 e 24, da Proposição nº 015/2004.

Está em votação o requerimento do Deputado Reni Pereira.

Aprovado.

Então, terá o destaque para votação os artigos 18 e 24, posteriormente do projeto.

Votar em separado.

O SR. ANDRÉ VARGAS (Pela Ordem)

Sr. Presidente, esse destaque é perfeitamente regimental?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Perfeitamente regimental, já foi aprovado pelo Plenário.

Vai ser votado como destaque.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Sr. Presidente, apenas para nosso conhecimento, houve veto parcial?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Veto parcial.

Depois da leitura do Deputado Nereu Moura, passaremos à votação dos artigos 18 e 24.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nereu Moura)

(Lê Emendas 18 e 24)

O SR. RENI PEREIRA (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. Srs. Deputados.

Gostaria de pedir o voto contrário a esse veto do Governo Estadual, primeiramente em relação à emenda

18, que não é de minha autoria, mas provavelmente seja de algum Deputado do Oeste, porque sabe o que representa para o Oeste e principalmente para cidade, circunvizinhas a Cascavel, o aeroporto regional. Existe um convênio inclusive com a previsão de recursos federais a serem aportados. Acredito que não há necessidade de derrubarmos esse veto, tendo em vista que a Lei de Responsabilidade Fiscal é bem clara. Se não houver o recurso, simplesmente não se gera despesa. Então, não há porque nós extingüirmos do projeto a previsão para a implantação do Aeroporto Oeste Paraná.

Agora, em relação à Emenda 24, de minha autoria, que coloca inserção de trabalhadores no mercado de trabalho, privilegiando o empreendedorismo e a geração de auto-empregos, empregos e renda, eu acredito que na verdade há uma diferenciação entre o que já consta na LDO, inclusive nós recebemos um material muito farto por parte da Secretaria de Planejamento, a Eleonora, que diz que uma das prioridades do Governo será a devolução da dignidade de milhares de paranaense através da oportunidade de voltarem a trabalhar.

Não existe nenhum empecilho para este veto, tendo em vista que a justificativa, as razões de veto que o Governo coloca, é que a manutenção destes barracões irá gerar despesas de caráter continuado.

Vejam bem, estes barracões eram construídos no Governo passado, numa parceria com as Prefeituras, e nesses convênios, a manutenção fica por conta e ônus da Prefeitura.

Então, não há o porquê de se derrubar, porque na linha de ação que está inserida a implantação desses barracões industriais, gera emprego, cidadania e solidariedade, do Programa Trabalho e Renda, ele se adequa perfeitamente e as razões do veto não se justificam; ninguém vai fazer barracão para ficar ocioso. Com certeza, estes barracões serão ocupados por empresas e por trabalhadores, e a manutenção será efetuada por empresas concessionárias.

Então, eu gostaria de pedir “não” a este veto e também, ao anterior, em nome Bancada do Oeste, que é representada por Parlamentares de diversos Partidos, que assumiram o compromisso, lá atrás, de defender as causas do Oeste. Com certeza, o Aeroporto Regional de Cascavel não é causa individual de nenhum Deputado, mas, é causa do Oeste do Paraná, uma região que historicamente ficou esquecida por parte não só Governo Estadual, como do Governo Federal.

Acredito que é o momento de corrigirmos essas injustiças, por isso, peço “não” a estes dois vetos.

O SR. ANDRÉ VARGAS (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Líderes.

Toda a votação do Orçamento ocorreu por acordo. O item destacado do passado foi aquela emenda da Saúde, polêmica, foi pauta de imprensa, onde eu e o Deputado Luciano Ducci tínhamos o sentido de resgatar a Emenda Constitucional 29. Vencidos, nós agora temos

que comparecer aqui, para cobrar o entendimento que houve em relação aos demais pontos.

Não me parece adequado, e quando falo isto, não estou falando da próxima votação, que tratará de dois itens na questão da Saúde, que foi um acordo feito, nesta Casa, pelo então Líder do Governo, junto com o Presidente da Comissão de Orçamento, e eu sou integrante, e o Relator da Comissão do Orçamento, no sentido de garantirmos estes itens.

Tenho o maior respeito pelo nosso Líder do Governo. Ocorre que este foi um acordo feito à época da votação em relação a estes itens, não foram objeto de polêmica, foram objeto de acordo dentro da Comissão de Orçamento, entre aqueles Deputados que lá estão. Vale ressaltar - nosso Relator não estando aqui - que eu conversei com ele e apelei, no sentido de que mantivéssemos o acordo, que é princípio básico da ação política entre nós.

Portanto, entendo que devamos, não só com relação a este caso, vale com antecedentes em relação a nós, que derrubássemos o veto em relação a todos os itens, porque foram resultado de um acordo político.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao 1º Secretário, Deputado Nereu Moura, que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)
(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito aos Deputados Elton Welter, Pastor Ailton e Duílio, para o escrutínio dos votos.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu gostaria, em nome dos Deputados e da nação alviverde, parabenizar ao Clube Atlético Paranaense pelo seu vice-campeonato. E registrar aqui que foi aprovado por esta Casa de Leis um requerimento de votos de congratulações ao Coritiba Futebol Clube pelo seu bi-campeonato estadual, trigésimo segundo na sua história, mais uma vez fazendo a festa na casa do adversário.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, só para registrar a presença dos dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Azul, Sr. Walter, que é Presidente, Sr. Lídio que é Tesoureiro e também do ex-Secretário Municipal de Agricultura do Município de Irati, Sr. Francisco Maroqui.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrada a presença dos ilustres visitantes.

O SR. TADEU VENERI (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente.

Apenas para registrar que tivemos hoje informações pelos jornais que está temporariamente suspenso o Decreto 2807. Foi editado no dia 13 de abril e causou bastante apreensão dentro do meio universitário. E na Comissão de Educação, nós recebemos ontem diversas ligações de Reitores das Universidades Públicas do Paraná preocupados com o significado desse decreto.

Então, me parece que de forma acertada ele foi suspenso temporariamente, mas eu, na condição de Presidente da Comissão de Educação, espero que ele seja, não apenas suspenso, mas definitivamente revogado. É um decreto que diretamente coloca de uma forma transversal, intervenção nas universidades estaduais do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está mantido o veto.

Votaram 39 Deputados.

Vinte e seis pela derrubada do veto; 13 pela manutenção.

Como não alcançou o quórum mínimo de 28 votos, **fica mantido** o veto às Emendas 18 e 24.

Agora as demais serão votadas em bloco.

Solicito ao Deputado Nereu Moura proceder a chamada dos deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)
(**Procede à chamada nominal**)

Trinta e seis Deputados presentes.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito para fazer o escrutínio dos votos, os Deputados Padre Paulo, Elton Welter e Luiz Nishimori.

Votaram 36 Parlamentares.

Vinte e seis Deputados para a derrubada do veto.

Dez pela manutenção.

Como conseguiu quórum de 26 votos, automaticamente está **mantido o veto**.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 284/2003.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 435 e 456/2003; 077/2004.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 405 e 561/2003.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 447 e 739/2003; 031, 46, 052 e 060/2004; e do Projeto de Resolução nº 006/2004.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 587 e 694/2003.

Comunico ainda aos Srs. Deputados que haverá uma Sessão Solene em homenagem aos 30 anos da Itaipu Binacional, por proposição do Deputado Natálio Stica, a realizar-se às 17h00, do dia 26 de abril.

Levanta-se a Sessão.

Pauta da CCJ:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PAUTA 27/04/2004 ÚLTIMO PRAZO

Projeto de Lei nº 098/2003, de autoria do Deputado Natálio Stica, que dispõe sobre a proibição à cobrança de consumação obrigatória ou consumação mínima em bares, boates, danceterias, casa de shows e similares no Estado. **Emendas de Plenário. Relator Deputado Delegado Bradock, designado em 30.03.2004. Vistas ao Deputado Marcos Isfer em 13.04.2004.**

Projeto de Lei nº 688/2003, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que dispõe sobre funcionamento das Regiões Metropolitanas do Estado do Paraná. **Relator Deputado José Maria Ferreira, designado em 09.03.2004. Vistas ao Deputado Delegado Bradock em 13.04.2004.**

Projeto de Lei nº 689/2003, de autoria do Deputado Waldir Leite, que dispõe sobre a troca da água de lastro dos navios que operam nos portos marítimos do Paraná. **Relator Deputado José Maria Ferreira, designado em 09.03.2004.**

Projeto de Lei nº 723/2003, de autoria do Deputado Francisco Bühner, que dispõe sobre a proibição da interrupção no fornecimento de energia elétrica aos consumidores residenciais em inadimplência no Estado do Paraná e normatiza a suspensão. **Relator Deputado Durval Amaral, designado em 09.03.2004.**

Projeto de Lei nº 724/2003, de autoria do Deputado Francisco Bühner, que dispõe sobre a normatização da interrupção no fornecimento de água aos consumidores residenciais em inadimplência no Estado do Paraná. **Relator Deputado Durval Amaral, designado em 09.03.2004.**

Projeto de Lei nº 729/2003, de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci, que define direitos dos Agentes Comunitários de Saúde do Paraná. **Relator Deputado**

José Maria Ferreira, designado em 08.03.2004. Vistas aos Deputados Jocelito Canto e Delegado Bradock em 13.04.2004.

Projeto de Lei nº 726/2003, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que cria o Serviço de Assistência Religiosa da Polícia e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Paraná. **Relator Deputado Durval Amaral, designado em 08.03.2004. Vistas ao Deputado Tadeu Veneri em 13.04.2004.**

Projeto de Lei nº 10/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que proíbe a fabricação e o comércio de armas de brinquedo no Estado do Paraná. **Relator Deputado Delegado Bradock, designado em 30.03.2004.**

Projeto de Lei nº 19/2004, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que proíbe o uso de herbicida derivado Dimetilamina no Estado do Paraná. **Relator Deputado Elton Carlos Welter, designado em 30.03.2004.**

Projeto de Lei nº 41/2004, de autoria do Poder Executivo, que define limites remuneratórios e forma de cálculo para contribuições previdenciárias dos servidores ativos, inativos e pensionistas, inclusive militares, magistrados, membros do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado. **Relator Deputado Antonio Anibelli, designado em 19.03.2004.**

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA RELAÇÃO DOS PROJETOS E RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 256/2003, de autoria do Deputado Natálio Stica, que altera o artigo 4º da Lei nº 11280/95 (dispõe sobre o tratamento tributário pertinente ao IPVA). **Emenda de Plenário. Relator Deputado Marcos Isfer, designado em 06.04.2004. Vistas ao Deputado Mário Bradock em 13.04.2004.**

Projeto de Lei nº 01/2004, de autoria do Poder Executivo, que institui o Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Estado do Paraná. **Emenda de Plenário. Relator Deputado Elton Carlos Welter, designado em 06.04.2004. Vistas ao Deputado Mário Bradock em 13.04.2004.**

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA RELAÇÃO DOS PROJETOS E RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 157/2003, de autoria do Deputado Nereu Moura, que dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus. **Emenda de Plenário. Relator Deputado Tadeu Veneri, designado em 14.04.2004.**

Projeto de Lei nº 482/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que estabelece procedimentos a serem adotados nos casos de veículos automotores sinistrados, decorrentes do pagamento de indenização por parte das companhias seguradoras. **Relator Deputado Marcos Isfer, designado em 13.04.2004.**

Projeto de Lei nº 725/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera o artigo 7º da Lei nº 11.054/2003 - Lei Florestal. **Emenda de Plenário. Relator Deputado Antonio Anibelli, designado em 14.04.2004.**

Projeto de Lei nº 23/2004, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que cria no âmbito das Polícias Civil e Militar o Auxílio Moradia e Transporte para os Servidores Públicos na ativa que ganham até R\$1.500,00. **Relator Deputado José Maria Ferreira, designado em 14.04.2004.**

Projeto de Lei nº 24/2004, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que transforma o Pelotão da Polícia Militar de Rio Negro em Companhia. **Relator Deputado José Maria Ferreira, designado em 13.04.2004.**

Projeto de Lei nº 25/2004, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que cria um posto de atendimento do Corpo de Bombeiros com sede em Rio Branco do Sul. **Relator Deputado Elton Carlos Welter, designado em 13.04.2004.**

Projeto de Lei nº 26/2004, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que cria em caráter emergencial um posto de atendimento do Corpo de Bombeiros na cidade de Laranjeiras do Sul. **Relator Deputado Elton Carlos Welter, designado em 13.04.2004.**

Projeto de Lei nº 29/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que dispõe sobre a redução da alíquota do ICMS nas operações internas para empresas que usam lixo reciclado como matéria-prima em seus produtos. **Relator Deputado José Maria Ferreira, designado em 14.04.2004.**

Projeto de Lei nº 32/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que garante ao cidadão a transparência dos dados relativos à Segurança Pública no Estado do Paraná. **Relator Deputado Delegado Bradock, designado em 13.04.2004.**

Projeto de Lei nº 33/2004, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que institui o sistema de número fechado para as unidades prisionais. **Relator Deputado Delegado Bradock, designado em 13.04.2004.**

Projeto de Lei nº 34/2004, de autoria do Deputado Nereu Moura, que autoriza o Poder Executivo, por inter-

médio da COPEL ou subsidiária, adquirir o controle das centrais elétricas do Rio Jordão. **Relator Deputado Delegado Bradock, designado em 14.04.2004.**

Projeto de Lei nº 37/2004, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à Prefeitura Municipal de Marmeleiro. **Relator Deputado Jocelito Canto, designado em 13.04.2004.**

Projeto de Lei nº 38/2004, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que dispõe sobre a isenção do ICMS na aquisição de automóveis por pessoas portadoras de deficiência. **Relator Deputado José Maria Ferreira, designado em 14.04.2004.**

Projeto de Lei nº 42/2004, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que institui o Dia do Técnico em Eletrônica a ser comemorado no dia 15 de outubro. **Relator Deputado Jocelito Canto, designado em 13.04.2004.**

Projeto de Lei nº 43/2004, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que institui o Dia do Imigrante Japonês, a ser comemorado no dia 18 de junho de cada ano. **Relator Deputado Jocelito Canto, designado em 13.04.2004.**

Projeto de Lei nº 47/2004, de autoria do Deputado Waldir Leite, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso do imóvel para o Município de Antonina. **Relator Deputado Durval Amaral, designado em 13.04.2004.**

Projeto de Lei nº 50/2004, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que cria o Projeto Cultural Para Todos - Sistema de Adoção de Bibliotecas e Equipamentos Culturais por empresas com responsabilidade social. **Relator Deputado Durval Amaral, designado em 13.04.2004.**

Projeto de Lei nº 51/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que cria o Programa a Serra Vai À Praia Visita O Interior. **Relator Deputado Durval Amaral, designado em 13.04.2004.**

Projeto de Lei nº 55/2004, de autoria do Deputado Durval Amaral, que acrescenta vaga nos conselhos administrativos e consultivo dos entes da administração direta e indireta. **Relator Deputado Delegado Bradock, designado em 13.04.2004.**

Projeto de Lei nº 56/2004, de autoria do Deputado Barbosa Neto, que estabelece prioridade de pagamento de precatórios do Estado do Paraná às pessoas com mais de 65 anos. **Relator Deputado Durval Amaral, designado em 13.04.2004.**

Projeto de Lei nº 57/2004, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que institui o troféu Araucária de Imprensa como premiação no ano em todo território do Estado do Paraná. **Relator Deputado Dr. Luciano Ducci, designado em 13.04.2004.**

Projeto de Lei nº 58/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que denomina de Escola Estadual Professor Joaquim Adrega de Moura, o atual Colégio Estadual de Ribeirão Claro. **Relator Deputado Dr. Luciano Ducci, designado em 13.04.2004.**

Projeto de Lei nº 64/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que institui o programa de prevenção e controle do diabetes nas crianças e adolescentes matriculados na rede pública de ensino do Estado do Paraná. **Relator Deputado Dr. Luciano Ducci, designado em 13.04.2004.**

Projeto de Lei nº 65/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino do alfabeto de comunicação de surdos e mudos nas escolas públicas do Estado do Paraná. **Relator Deputado Marcos Isfer, designado em 13.04.2004.**

Projeto de Lei nº 69/2004, de autoria do Deputado Fernando Ribas Carli, que altera a denominação da entidade beneficiada pelo plano aplicação da Lei nº 14.275/2003 - Orçamento. **Relator Deputado Marcos Isfer, designado em 13.04.2004.**

Projeto de Lei nº 70/2004, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que define diretrizes para uma política de prevenção e atenção integral à saúde da pessoa portadora de diabetes. **Relator Deputado Dr. Luciano Ducci, designado em 13.04.2004.**

Projeto de Lei nº 99/2004, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que autoriza o Estado do Paraná doar imóvel ao Município de Dois Vizinhos. **Relator Deputado Antonio Anibelli, designado em 15.04.2004.**

Projeto de Lei nº 100/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que autoriza o Poder Executivo a proceder a reversão da doação das terras situadas no Município de Terra Boa. **Relator Deputado Antonio Anibelli, designado em 13.04.2004.**

Proposição Veto nº 35/2004, de autoria do Poder Executivo, que Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 03/2004 de autoria do Poder executivo que dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica. **Relator Deputado Antonio Anibelli, designado em 13.04.2004.**

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

RELAÇÃO DOS PROJETOS DE UTILIDADE PÚBLICA

Projeto de Lei nº 570/2003, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública a ONG Artesão Mãos de Ouro de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina. **Relator Deputado Jocelito Canto, designado em 20.04.2004.**

Projeto de Lei nº 617/2003, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública a Associação Altoniense de Assistência Social, com sede e foro no Município de Altônia. **Relator Deputado Jocelito Canto, designado em 20.04.2004.**

Projeto de Lei nº 698/2003, de autoria do Deputado Reni Pereira, que declara de Utilidade Pública a Associação das Damas Hospitaleiras, com sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro. **Relator Deputado Jocelito Canto, designado em 20.04.2004.**

Projeto de Lei nº 716/2003, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Entidade Ação Social Família Camiliana de Pinhais, com sede e foro no Município de Pinhais. **Relator Deputado Jocelito Canto, designado em 14.04.2004.**

Projeto de Lei nº 05/2004, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de Utilidade Pública a Associação Canaã de Proteção aos Menores, com sede e foro no Município de Guarapuava. **Relator Deputado Jocelito Canto, designado em 20.04.2004.**

Projeto de Lei nº 15/2004, de autoria do Deputado Barbosa Neto, que declara de Utilidade Pública o Clube da Costela de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina. **Relator Deputado Jocelito Canto, designado em 14.04.2004.**

Projeto de Lei nº 18/2004, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública o Centro de Apoio Sócio Familiar Formando o Cidadão de Astorga, com sede e foro no Município de Astorga. **Relator Deputado Jocelito Canto, designado em 20.04.2004.**

Projeto de Lei nº 66/2004, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que altera a Lei nº 8.687/87 - declarou de Utilidade Pública o Departamento de Ação e Promoção Social Vó Durvina. **Relator Deputado Jocelito Canto, designado em 13.04.2004.**

Projeto de Lei nº 85/2004, de autoria do Deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública o Círculo Italiano de Medianeira, com sede e foro no Município de

Medianeira. **Relator Deputado Jocelito Canto, designado em 13.04.2004.**

Projeto de Lei nº 97/2004, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação Atlética e Desportiva Industrial Pindorama, com sede e foro no Município de Quedas do Iguaçu. **Relator Deputado Jocelito Canto, designado em 13.04.2004.**

Projeto de Lei nº 109/2004, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Maranata, com sede e foro no Município de Palmas. **Relator Deputado Jocelito Canto, designado em 20.04.2004.**

Projeto de Lei nº 111/2004, de autoria do Deputado Nelson Tureck, que altera o artigo 1º da Lei nº 14.314/

2004, que declarou de Utilidade Pública a APM da Escola Municipal Luciane de Almeida Liberal de Moreira Sales. **Relator Deputado Jocelito Canto, designado em 13.04.2004.**

Projeto de Lei nº 121/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera a Lei nº 12.357/98 - declarou de Utilidade Pública a Associação de Educação e Assistência Social Batista do Bacacheri. **Relator Deputado Jocelito Canto, designado em 20.04.2004.**

Projeto de Lei nº 122/2004, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Santo Antonio de Rio Branco do Sul, com sede e foro no Município de Rio Brando do Sul. **Relator Deputado Jocelito Canto, designado em 20.04.2004.**